

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PATOS/PB

Autor (Agemiro Remígio Neto); Co-autor (Jorge Miguel Lima Oliveira); Orientadora (Elba Leandro Nóbrega e Pereira)

Faculdades Integradas de Patos
professoragemiro@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Ciências Sociais e Exatas Aplicadas
jorge_scot@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar
leandrelbasd@gmail.com

RESUMO: O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo descritivo, realizado em escolas da rede municipal de ensino da cidade de Patos / Paraíba. Tendo por objetivo principal investigar sobre a utilização do Atendimento Educacional Especializado – AEE, no processo de inclusão de alunos especiais no ensino regular nas escolas municipais da cidade de Patos-PB.

A educação inclusiva busca responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, que estão excluídas do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar (BRASIL, 2006).

Sendo assim, o Atendimento educacional Especializado é caracterizado como um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC,2008).

A hipótese deste trabalho é que escolas da rede municipal de ensino da cidade de Patos-Paraíba possuem ferramentas pelas quais buscam a inserção do aluno com necessidades especiais no ensino regular, utilizando para isto, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, possuindo salas com recursos multifuncionais para o desenvolvimento da aprendizagem deste público atendido.

Esta investigação surge de uma experiência em estágio, com alunos especiais, a partir da necessidade de compreender as estratégias utilizadas nas escolas para inserir o aluno com alguma necessidade especial no ensino regular. Do ponto de vista acadêmico é de grande valia

entender como se concretiza o Atendimento Educacional Especializado em escolas da rede municipal de ensino dessa cidade.

O Ministério da Educação, por meio da criação de uma Política de Educação Inclusiva, visa à construção de políticas públicas na qual promovam uma educação qualificada para todos os alunos (SEESP/MEC, 2008). Sendo assim, destaca que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva tem como finalidade promover a acessibilidade, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (SEESP/MEC,2008).

Além de frequentarem a sala de aula no ensino regular, os alunos com necessidades especiais são atendidos, em horários posteriores, em salas de recursos multifuncionais, com profissionais qualificados para a realização de tal procedimento.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos os alunos com necessidades especiais têm direito a educação realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, no qual deve ser realizado de preferencia em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado (SEESP/MEC,2008).

A sala de recursos multifuncionais é caracterizada como um espaço no qual se destina a realização do atendimento educacional especializado de alunos que apresentam, no decorrer de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, compreendida, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2006).

De acordo com o manual de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, para a composição da sala o Programa de Implantação disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferece um atendimento educacional especializado – AEE, disponibilizando, assim, materiais para as salas tipo I e de tipo II, conforme especificações técnicas (MEC/SEESP, 2010).

Existe uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na sala de recursos multifuncionais, tais como: jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica

e pensamento, sendo que esses jogos são adaptáveis para as necessidades de cada aluno; livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras; recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, entre outros; mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem da inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não descolamento das cadeiras entre outros (BRASIL, 2006).

Todos esses materiais citados anteriormente poderão ser de grande valia para a realização do atendimento Educacional Especializado, bem como para a adequação da necessidade educacional de cada aluno em particular, levando em consideração a subjetividade e a particularidade desse alunado.

A pesquisa foi realizada nas escolas municipais da cidade de Patos, dentre elas 10 escolas dispõem de salas de recursos multifuncionais, para a realização do Atendimento Educacional Especializado. A partir de observação participante, foi efetivado uma entrevista semi estruturada com todas as professoras do AEE. A análise dos dados foi realizada e emergiram algumas temáticas que serão descritas para uma melhor compreensão tanto dos recursos multifuncionais existentes em tais escolas, quanto do perfil do professor do AEE e das dificuldades encontradas ao trabalharem nesse contexto.

A amostra foi composta por 10 professoras do AEE, da cidade supracitada, sendo todas do sexo feminino, com idades entre 30 a 58 anos. Todas com um nível de escolarização de ensino superior, ambas com especialização em alguma das áreas especificamente, como: Psicopedagogia Institucional e clínica; Novas tecnologias na educação; Supervisão e orientação educacional e algumas delas realizaram Pós Graduação em Atendimento Educacional Especializado. Ao serem questionadas sobre o tempo de serviço como professora de AEE, destacaram fazer de três a seis anos que prestam esse tipo de atendimento.

Outro fator que deve ser elencado é que as professoras destacaram que todos os meses são realizados reuniões pedagógicas e de planejamento, em busca de melhorar o atendimento ao alunado, havendo a participação de todas. Destaca-se que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar (MEC/SEESP, 2010).

Essas reuniões são com o objetivo de buscar de estratégias pedagógicas que beneficiem a acessibilidade do aluno com necessidades educacionais especiais a proposta do atendimento e a sua interação com os outros alunos. Como também buscam fazer com que haja a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades realizadas na escola (BRASIL, 2009).

Ao ser investigado sobre o papel do professor de AEE, uma das professoras destaca que:

“o nosso papel, nosso compromisso é, sobretudo, com essas crianças com deficiência. Ao serem encaminhadas para o atendimento, inicialmente é realizado uma anamnese, com a família, em busca de dados que possam nos orientar e nos ajudar no atendimento com essas crianças, para que haja o desenvolvimento da aprendizagem das mesmas”.

Observa-se que o professor do AEE deverá ter um olhar sensível a necessidade de cada aluno em particular, além de que o professor deverá traçar um plano para cada aluno especificamente, para que haja um desenvolvimento enquanto pessoa e, assim, possa haver a aprendizagem e a inclusão do aluno com deficiência.

Em se tratando dos recursos multifuncionais existentes nas escolas, as professoras destacaram que as instituições escolares as quais trabalham dispõem de algumas ferramentas educacionais para a educação especial, dentre elas: espaço físico adequado, mobiliário, materiais didáticos, bem como, recursos pedagógicos.

Sabendo que as salas de recursos multifuncionais são compostas de equipamento Tipo I e Tipo II, as professoras destacaram que as salas nas quais elas atuam dispõem apenas de equipamentos Tipo I: microcomputadores, fone de ouvido e microfones, *scanner*, impressora *laser*, teclado e colmeia, *mouse* e acionador de pressão, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, lupas manuais e/ ou lupa eletrônica, mesas, cadeiras, armário e quadro melaminico.

Ao serem questionadas se essas ferramentas educacionais disponíveis nas SRMF são suficientes para atender a demanda dos alunos com necessidades especiais, as professoras relatam que sim, porém, existe uma dificuldade a reposição de alguns materiais que são danificados pelo tempo de uso, como também pelas próprias crianças atendidas.

Nas SRMF são desenvolvidas algumas atividades, dentre elas, as professoras deram um grande destaque aos jogos pedagógico, pelos quais desenvolvem a criatividade das crianças atendidas. Como destaca uma das professoras:

“Através da confecção de materiais as crianças desenvolve sua criatividade ao mesmo tempo em que está aprendendo, assim, trabalhamos de forma lúdica e elas aprendem ao mesmo tempo em que estão brincando”.

Por meio de jogos pedagógicos há uma valorização dos aspectos lúdicos, da criatividade e possibilitam o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Os jogos e materiais pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores da sala de recursos e devem obedecer a alguns critérios como: o tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do aluno. São de grande utilidade às sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, ímãs, etc; (SEESP/MEC.2010).

As professoras entrevistadas destacaram a existência de algumas dificuldades ao trabalharem com este público, dentre elas a falta de materiais necessários para cada aluno em particular, a falta de apoio da maioria das famílias desses alunos e por fim, a necessidade da existência da sala tipo II.

Em se tratando da primeira dificuldade, as professoras enfatizam que algumas vezes faz necessária a adaptação dos recursos já existentes à necessidade de cada um individualmente, tendo que, muitas vezes usar da criatividade para adaptar brinquedos e materiais. Partindo desse pressuposto, existe ainda a dificuldade de acessibilidade por alunos cadeirantes a SRMF, pela falta de manutenção em rampas de acesso.

Outra dificuldade existente é relacionada à falta de apoio da maioria das famílias dos alunos que frequentam as SRMF, tendo em vista que é de suma importância a parceria entre família e escola, na formação e no desenvolvimento da aprendizagem das crianças atendidas no AEE. Desse modo, é necessário o apoio das famílias e a assiduidade da criança de modo a não prejudicar o aprendizado.

A família tem como responsabilidade a socialização imediata do sujeito, pois é em casa que há um estabelecimento dos primeiros contatos de interação com o outro e convívio social. “é na família que aprendemos a nos relacionar com os outros. Portanto, a construção dessa sociedade inclusiva começa nas famílias. Os pais e as próprias pessoas com deficiência são seus principais agentes.” (PAULA, 2007, p. 7).

E, por fim, outra dificuldade apresentada foi à inexistência dos equipamentos do Tipo II, os quais são destinados ao atendimento específico de alunos com deficiência visual. As professoras destacam que, algumas vezes, alunos com essa deficiência, parcial ou total, são encaminhados e ambas precisam produzir recursos pedagógicos para se adequar a essa necessidade.

A baixa visão é uma deficiência pela qual solicita a utilização de alguns recursos específicos, sendo de grande importância compreender as implicações pedagógicas dessa condição visual e utilizar de recursos de acesso adequados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. *Salas de recurso multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado*. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. *Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais*. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

CAMPOS, L. F. de L. *Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia*. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

DOMINGUES, C. A. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira* - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

MANTOAN, M. T. E. *O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva*. In: MEC. *Inclusão: Revista de Educação Especial*, v. 5, n. 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, jan/jul, 2010.

ROPOLI, E. A. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : a escola comum inclusiva* /Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 1.

SANTOS, K. S. *A Política Nacional de Educação Especial e a 'Perspectiva Inclusiva': Novos 'referenciais' cognitivos e normativos*. X ANPED Sul, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.

PAULA, A. C, CARMEM, M.. *A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.